

LUTAS EM MOVIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PALMAS

Giuliana dos Santos Bruni¹

Andressa Pinto da Costa²

Aline Giorgis Santos Simões³

Bóris Ximendes Bonfanti⁴

Dulce Mari da Silva Voss⁵

Resumo:

Este trabalho busca descrever e refletir sobre as aprendizagens vivenciadas no Curso de Extensão Movimentos Sociais e Educação: articulações possíveis na contemporaneidade, promovido pelo Curso de Especialização em Educação e Diversidade Cultural, no período de setembro de 2016 a julho de 2017. O projeto propiciou a articulação entre extensão, ensino e pesquisa em espaços/tempos de educação formal e não-formal, por meio de estudos, rodas de conversa e vivências que envolveram docentes, discentes e pesquisadores vinculados à UNIPAMPA e a comunidade de Palmas, localizada na área rural de Bagé (RS). A interação com esta comunidade se deu através de uma visita na localidade e da vivência no Rincão do Inferno, situado neste território quilombola. Realizamos um estudo bibliográfico e exploratório a partir das teorias foucaultianas presentes no livro "A ordem do discurso" (1996), sobre como os discursos encontrados em uma determinada sociedade exercem funções de validação de regras ou limitação das mesmas, poder e controle desta mesma sociedade. Foucault (1996) conceitua discurso como objeto de desejo, ou seja, algo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. O discurso é produzido em redes de relações de poder e saber. Em cada acontecimento, são produzidas relações de poder e saber que definem quem são os sujeitos falantes, aqueles que estão autorizados a falar. O discurso produz interdições, um jogo de exclusões que permite à alguns exercer de modo privilegiado a fala. Na análise que fizemos dos discursos proferidos pelos sujeitos que pertencem a comunidade de Palmas e com os quais conversamos, nos interessa problematizar os efeitos de interdição gerados, quem pode falar e quem não pode, que sujeitos são produzidos por meio dos discursos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Comunidade quilombola. Multiculturalidade.

Modalidade de Participação: Pesquisador

**LUTAS EM MOVIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE PALMAS**

¹ Outro. casapitangabage@gmail.com. Autor principal

² Outro. andressapintodacosta@gmail.com. Co-autor

³ Outro. alinegss79@yahoo.com. Co-autor

⁴ Outro. bonfantibxb2@yahoo.com.br. Co-autor

⁵ Docente. dulce.voss@gmail.com. Co-orientador

LUTAS EM MOVIMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PALMAS

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca descrever e refletir sobre as aprendizagens vivenciadas no Curso de Extensão Movimentos Sociais e Educação: articulações possíveis na contemporaneidade, promovido pelo Curso de Especialização em Educação e Diversidade Cultural, no período de setembro de 2016 a julho de 2017. O projeto propiciou a articulação entre extensão, ensino e pesquisa em espaços/tempos de educação formal e não-formal, por meio de estudos, rodas de conversa e vivências que envolveram docentes, discentes e pesquisadores vinculados à UNIPAMPA e a comunidade de Palmas, localizada na área rural de Bagé (RS). A interação com esta comunidade se deu através de uma visita na localidade e da vivência no Rincão do Inferno, situado neste território quilombola.

A culminância do Projeto ocorreu com a Mostra de Produções Audiovisuais Movimentos Sociais e Relações Étnico-Raciais, onde os/as discentes da Especialização apresentaram trabalhos que sistematizaram suas aprendizagens em torno dos estudos realizados e das experiências vividas.

Considera-se que o Projeto possibilitou a aproximação e convivência entre comunidade acadêmica e quilombola, ampliando e qualificando as práticas formativas dos/as docentes e discentes da Especialização, pois permitiu articular as experiências vividas com as leituras e as pesquisas feitas no Curso de Especialização, em torno das temáticas: culturas afro e afro-brasileiras (CASTRO JUNIOR, 2012), movimentos sociais (DO BEM, 2006; GOHN, 2011), processos de constituição de identidades e diferenças (SILVA, 2014 ; HALL, 1997, 2001; JOSSO, 2007; WOODWARD, 2014) e as inter-relações entre raça e gênero (LOURO, 1997) no cenário contemporâneo da globalização (BAUMAN, 1999) que afeta os modos como vivemos e nos relacionamos uns com os outros.

Assim, o Projeto foi uma via de interlocução entre atores sociais e educativos, envolvendo as culturas quilombolas, o que nos provoca a refletir sobre as ações extensionistas que, interligadas ao ensino e à pesquisa, possam contribuir para fortalecer as lutas por uma vida justa e digna.

2. METODOLOGIA

Realizamos um estudo bibliográfico e exploratório a partir das teorias foucaultianas presentes no livro “A ordem do discurso” (1996), sobre como os discursos encontrados em uma determinada sociedade exercem funções de validação de regras ou limitação das mesmas, poder e controle desta mesma sociedade.

Foucault (1996) conceitua discurso como objeto de desejo, ou seja, algo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. O discurso é produzido em redes de relações de poder e saber. Em cada acontecimento, são produzidas relações de poder e saber que definem quem são os sujeitos falantes, aqueles que estão autorizados a falar. O discurso produz interdições, um jogo de exclusões que permite à alguns exercer de modo privilegiado a fala.

Na análise que fizemos dos discursos proferidos pelos sujeitos que pertencem a comunidade de Palmas e com os quais conversamos, nos interessa problematizar os efeitos de interdição gerados, quem pode falar e quem não pode, que sujeitos são produzidos por meio dos discursos. As formas de falar ou de enunciar-se constitui o

sujeito do discurso produzindo a verdade sobre si e sobre o outro. Sendo assim, é de extrema importância entender o discurso como um dispositivo que nomeia os sujeitos e os objetos de que fala.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A experiência desta pesquisa em uma comunidade quilombola nos possibilitou visualizar um processo que é histórico, mas também contemporâneo, em que tanto homens quanto mulheres remanescentes quilombolas, deparam-se com novas perspectivas de luta.

A ideia do quilombo como área isolada, é uma idéia ilusória. Atualmente as comunidades remanescentes quilombolas produzem e estabelecem relações comerciais e sociais com as áreas urbanas e os meios de comunicação que invadem os ambientes sociais, permitem a ligação com os “outros mundos”, outros territórios, outras culturas.

Assim, podemos dizer que as comunidades quilombolas fazem parte de um processo de transformação que acontece mundialmente, denominado globalização. A constituição de suas identidades e diferenças acontece imersa num processo de reorganização das forças produtivas econômicas em termos internacionais que se apoiou numa série de práticas políticas e culturais, envolvendo os setores públicos, estados, empresas particulares, universidades e organizações não governamentais (ONGs). A esse processo, em curso, dá-se o nome de globalização (BAUMAN, 1999).

Neste sentido, percebemos que no discurso dos quilombolas emerge a resistência à opressão do governo e aos proprietários de terras. Em busca de reafirmar seus direitos, os sujeitos quilombolas produzem novas identidades enquanto trabalhadores do campo.

Desse modo, as relações políticas surgiram no discurso proferido pelos integrantes da comunidade como tema central, visto que interferem na vida dos moradores do quilombo. O posicionamento de assumir as identidades de comunidade quilombola também é reafirmado ao falarem sobre a busca de reconhecimento das terras.

Josso (2007, p. 431) explicita que nossa existência singular sempre perpassa questões coletivas, ao dizer que “não há individualidade sem ancoragens coletivas (família, pertenças e grupos diversos, sobre os quais todos e cada um tem uma história!).

Neste entrelaçamento entre identidades individuais e coletivas, o paradigma da existência singular plural¹, de Josso, emerge. Os moradores do quilombo afirmam que a cultura dos trabalhadores do campo e dos quilombolas não é reconhecida na escola onde os próprios indivíduos da comunidade estudam. Este silenciamento da educação em relação à realidade vivida por eles é uma forma de excluir o diferente ou “fora da norma”. Assim, uma educação que ensina apenas o cânone e não busca compreender e chegar até estes indivíduos, trazendo conhecimento acerca das múltiplas culturas, é excludente. De acordo com Silva (2014, p.83):

¹ Existência singular plural se refere a um paradigma criado por Marie-Christine Josso que se refere a uma existência singular referente à subjetividade de cada indivíduo e a pluralidade se refere à relação deste indivíduo com a coletividade, se trata de quem ele é na sociedade assim como os papéis sociais que representa.

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas como simplesmente *a* identidade.

No contexto da pesquisa, observamos que as mulheres da comunidade remanescente quilombola, frente a uma tendência patriarcal colonial, têm suas vozes silenciadas.

Essa condição vem mudando ao longo do tempo à medida que a mulher rompe com o padrão de hierarquia da sociedade patriarcal. Louro (2001) considera que a construção do termo gênero e suas representações mais significativas está ligada a história do movimento feminista, implicado linguisticamente e politicamente em suas lutas que, numa “primeira onda”, deu-se em torno do direito à participação das mulheres na vida política do país por meio do sufrágio universal. Em 1960 começou o desdobramento da “segunda onda” do feminismo, que iria se voltar para as construções propriamente teóricas, além das preocupações sociais e políticas, problematizando o conceito de gênero. No Brasil, foi no final dos anos 80 que as feministas começam a usar o termo gênero.

As feministas de “segunda onda” viam que as desigualdades políticas, sofridas pelas mulheres na vida social, estavam irremediavelmente ligadas às desigualdades culturais, geradas pelas estruturas de poder sexistas que atribuía aos homens uma posição de mando, decorrente de uma hierarquia mascarada. Assim, os movimentos feministas denunciaram a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a afirmação de uma inferioridade natural baseada em fatores biológicos, levando ao questionamento do discurso de predestinação de homens e mulheres a cumprirem papéis opostos na sociedade.

Percebemos que as mulheres quilombolas visam a garantia e o acesso a direitos básicos como saúde, educação e a tão almejada titulação de suas terras com uma postura ativa e globalizada, movimentam-se por outras batalhas, deparando-se com diversos outros desafios cotidianos, como a conquista da sua singularidade e, mesmo com todas as privações que são cometidas, inclusive as interdições de seus discursos, estas mulheres adotam novas atitudes de enfrentamento aos seus desafios diários. Pensam, capacitam-se e transformam seu entorno através de condutas corajosas e dinâmicas, com isso buscam avançar no debate sobre territorialidades, fortalecendo também os processos políticos e sociais de sua comunidade. Como foi constatado em relação à uma das mulheres mais jovens da comunidade de Palmas que está cursando a graduação em Pedagogia do Campo.

Outra mulher quilombola que, embora não tenha participado ativamente da conversa conosco, tornou evidente sua atuação como mãe dos sujeitos que ocupam a posição de liderança do grupo. Essa mulher nos fala de uma posição que ocupa enquanto trabalhadora, atendo-se as atividades rurais, plantava, cuidava e, com isso, o relato de suas vivências nos revela um modo de ser mulher que assume o lugar de matriarca para sustento da família e preservação de uma cultura afro-brasileira.

Porém, só ressaltar essa cultura não é suficiente, é necessário revestir de significado os discursos pronunciados, para que eles deixem de tratar os negros/as e quilombolas não sejam tratados como sujeitos inferiores, evidenciando a riqueza da diversidade cultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A experiência deste projeto possibilitou mudar nosso olhar e entendimento acerca das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos da comunidade quilombola e com seu entorno.

Percebemos as várias interdições presentes nos discursos, dentre elas as mais pontuais estão no campo político e social. Dessa forma, os sujeitos assumem as identidades de trabalhadores rurais para lutar pelos seus direitos, o que se constitui como uma estratégia de resistência.

Outra interdição percebida se refere ao padrão cultural patriarcal que silencia as mulheres. Nos discursos de duas mulheres quilombolas, elas assumem posições diferentes. A mais jovem se narra enquanto estudante de graduação, a mulher mais velha ocupa o lugar de mãe que resgata memórias por meio da fala sobre suas vivências do passado. Ambas as posições assumidas por essas mulheres também se configuram como práticas de resistência.

Uma terceira interdição compreendida se configura quanto ao cerceamento da cultura quilombola na escola. Não percebemos no discurso dos sujeitos estratégias de resistência neste aspecto.

A relevância desta experiência para nossa formação e atuação como pesquisadoras (es) está nas rupturas dos conceitos pré concebidos sobre as comunidades quilombolas e suas relações com as demais culturas e os desafios colocados no contexto das lutas contemporâneas para a emergência da pluralidade cultural.

5. REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 127p.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso por seus temas, conceitos e autores. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, 477p.

DO BEM, Arim S. A centralidade dos movimentos sociais. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. [Acesso em: 05 de junho de 2017] Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France. 2º Ed., SP: Loyola, 1996, 79p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v.16, n. 47, maio/ago. 2011. [Acesso em: 05 de junho de 2017].

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. Educação & Realidade. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v.22, n.2, jul./dez. 1997, p. 15-46.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

JOSSO, Marie-Christine. Experiências de Vida e Formação. São Paulo: Editora Cortez, 2004, 150p.

LOURO. Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 184p.

LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Disponível em:

<http://antropologias.descentro.org/files/downloads/2010/08/LOUROGuacira-L. O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2013.

SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (orgs). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 14^o Ed. Petrópolis, RJ, 2014, 133p.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (orgs). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 14^o Ed. Petrópolis, RJ, 2014, p. 7 – 72.